

latados: a) Conselheiro EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA - Assunto: Transferência de pessoas condenadas na Europa. Pelo nobre Relator foi dito que anexou o Processo-MJ-Nº 5918/88-53 ao assunto em questão, por se tratar de assunto da mesma natureza, oportunidade em que, opinou pelo voto que segue: "1- Participação do Brasil na Convenção Europeia sobre a Transfêrência de Pessoas Condenadas pela Justiça Criminal. 2- proposta de uma Convenção Latinoamericana sobre a Transfêrência de Pessoas Condenadas pela Justiça Criminal; 3- alteração da 8ª Norma da Resolução nº 04 de 25.07.84 do CNPCP, que trata da Transferência de Presos Condenados no

Brasil", com a seguinte proposta de redação: "Toda Transfêrência de preso, preenchidos os requisitos legais, é de interesse público, cabendo o ônus financeiro daí decorrente à responsabilidade das administrações penitenciárias envolvidas". Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime; b) Conselheiro LUIZ ANTÔNIO GUIMARÃES MARREY - Assunto: Ofício nº 1810/89-36 referente à Interdição da Casa do Albergado de Salvador/BA - VOTO: "Embora se pudesse considerar a questão provisoriamente superada, pela ação das autoridades estaduais, entende que o CNPCP pode colaborar para que os problemas não voltem a ocorrer, solicitando informações ao Secretário de Justiça do Estado, no exercício das atribuições previstas no art. 64, VIII da Lei de Execução Penal. Embora tenha certeza da seriedade das autoridades da Bahia creio ser salutar o registro do interesse deste órgão coligado no satisfatório funcionamento da Casa do Albergado de Salvador. É o meu voto. Proponho ainda que aproveitando a presença do Conselheiro DOTI, em Salvador, a fim de que, por delegação do plenário do Conselho, obtenha informações sobre a questão". Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime; c) Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI - Assunto: Ofício nº 55/88, oriundo da Vara de Execuções Criminais de Salvador/BA - VOTO: "A Consueta deve ser conhecida e analisada como tal, impondo-se ao Colendo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária responder às indagações feitas, porém de modo objetivo e genérico. Assim é que são expressas, em imediata sequência, algumas diretrizes básicas da matéria em pauta, a saber: 1ª) O Conselho Penitenciário é órgão da Execução Penal (art. 61, inc. IV, da LEP), cuja atuação deve ser supervisionada, através de relatórios anuais, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (arts. 64, inc. VIII, e 70, inc. III, da LEP); 2ª) Suas atribuições, como órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena (art. 69 da LEP), são as estabelecidas no mencionado art. 70 da LEP, sempre em regime de estrita colaboração com os órgãos competentes do Poder Judiciário (definidos no art. 65 da LEP); 3ª) A fiscalização da execução da pena, pelo Conselho Penitenciário, deve concretizar-se na forma prevista nos arts. 194 e seguintes da LEP; 4ª) Como órgão consultivo, o Conselho Penitenciário deve "emitir parecer sobre livramento condicional, indulto e comutação da pena" (art. 70, inc. I, da LEP); 5ª) As manifestações do Conselho Penitenciário devem verificar-se nos prazos previstos em lei ou fixados pelo Juiz competente, na forma da lei; e 6ª) Os membros componentes do Conselho Penitenciário ostentam, no exercício da função, a condição de funcionário público, para os fins e efeitos legais. Esse é o meu parecer, s.m.j., que submeto à apreciação dos eminentes Senhores Conselheiros, com a sugestão de comunicação de seus termos aos Conselhos Penitenciários dos Estados e aos órgãos competentes do Poder Judiciário, também nas unidades de nossa República Federativa". Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime. Face a exiguidade de tempo, o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Senhor Presidente em exercício.

RUY DA COSTA ANTUNES
Presidente em exercício

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária Executiva

ATA DA 153ª REUNIÃO (20.02.89) TARDE

As 15:00 do dia 20 de fevereiro de 1989 reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308, do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. **Conselheiros presentes:** RUY DA COSTA ANTUNES - Conselheiro Presidente em exercício; ANTÔNIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, RENÉ ARIEL DOTTI, ROGÉRIO LAURIA TUCCI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. **Ausências justificadas:** Conselheiros JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, LUIZ ANTÔNIO GUIMARÃES MARREY e NILZARDO CARNEIRO LEÃO. **Convidado presente:** Doutor ANTÔNIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA - Secretário de Justiça e Segurança Pública/MJ. **I- Processos e expedientes relatados:** a) Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO - Assunto: Sistema de identificação Criminal - Ementa: "01- Necessidade de apreender o sentido das palavras: identidade, identificar e identificação. 02- Qualificação pessoal. 03- Notícia histórica. 04- Modos de identificar. 05- Segurança jurídica: certeza, igualdade e paz pública. 06- Eficácia da norma constitucional pertinente. 07- Conclusão - VOTO: a regra geral emergente da lei magna diz: quem se encontra já identificado não será submetido a identificação datiloscópica. O mandamento, visto que de eficácia contida, basta-se para ser obedecido. E garantia de direito individual, dizente com a liberdade jurídica. Existe com a Constituição, vale com ela e lhe guarda a força e o efeito de ordenação rígida. O que se espera é ver estatuidas as exceções: casos em que se fará precisa, dentre outros meios, a identificação datiloscópica do indiciado, ou do acusado e, só, para servir ao processo penal, assegurando-lhes a identidade certa. As limitações ao preceito constitucional vão, ou devem, aflorar para reafirmá-lo, resguardá-lo, impedindo o flaqueamento arbitrário." Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime e acolhimento da sugestão do Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, no sentido de encaminhar cópia do parecer na íntegra, ao Ministério Público Federal e Ministérios Públicos Estaduais; b) Revista CNPCP - Relator: Doutor ANTÔNIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA - Secretário de Justiça e Segurança Pública/MJ - pelo Relator foi informado ao Conselho que a impressão do próximo número da revista será concluída neste exercício e, que, face às mudanças ocorridas na Presidência do CNPCP e na direção do Ministério, julgou oportuno retornar o assunto à pauta, como finalidade de consultar sobre a permanência ou não das autoridades relacionadas na contra-capa, tal como segue: "CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA - Conselheiros: Eduardo Augusto de Moraes Antunes - Presidente - 27.03.87/05.01.89 - Antônio Evaristo de Moraes Filho - Edmundo Alberto Branco de Oliveira - Elizabeth da Cunha Sussekind - Eloyar Guazelli - Presidente - 05.01.89 (em exercício) - João Benedito Azevedo Marques - José Arthur Alves da Cruz Rios - Miguel Frederico do Espírito Santo - Nilzardo Carneiro Leão - René Ariel Doti - Rô

gerio Lauria Tucci - Ruy da Costa Antunes - Sérgio Marcos de Moraes Pitombo - Lucinda Lemos dos Santos Rocha - Secretária-Executiva - Ministério da Justiça: Paulo Brossard de Souza Pinto - 14.02.86/19.01.89 - Oscar Dias Corrêa - 22.01.89 (em exercício) - Secretário-Geral: José Fernando Ciarne Lima Eichenberg - 01.06.87/19.01.89 - Secretário de Justiça e Segurança Pública: Antônio Luiz Calderaro Teixeira". Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime; c) Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI - Exp. S/Nº de 11/11/88 - anexado a outro do mesmo interessado - Assunto: Sugestão pertinente à reforma parcial da Parte Geral do Código Penal (arts. 33, 34 e 35) e da Lei de Execução Penal (arts. 59, 112 e 117) - VOTO: "Em que pese sem o interesse demonstrado e a fundamentação constante do primeiro expediente, afigura-se-me impossível, no momento, atender à sugestão, pelas implicações que acarretaria o trato da elaboração legislativa da matéria em pauta, cuja complexidade tem deixado perplexos, inclusive os mais autorizados especialistas nacionais e alienígenas. Já o outro diz respeito a processo judicial, sob o crivo de órgão competente do Poder Judiciário, cujo deslinde refoge, totalmente, às atribuições deste Egrégio Conselho. Por isso que sou pelo arquivamento de ambos, comunicando do-se ao interessado. Esse é o meu voto, s.m.j."; d) Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO - Assunto: Revisão do Regimento Interno do CNPCP, face à nova estrutura do Ministério da Justiça - Apresentado o anteprojeto e em princípio aprovado, solicitou posteriormente, vista da matéria, o Conselheiro JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS; e) Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI - Assunto: multas e fianças na aplicação da Legislação Penal - VOTO: pela remessa de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, nos termos aprovados pelo Conselho e, abaixo transcritos: "Senhor Ministro - O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, por unanimidade de votos, congratulou-se com o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça no sentido de submeter as propostas legislativas referentes à Política Criminal e Penitenciária, a este órgão em obsequio ao disposto na Lei nº 7.270, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), art. 64 e apreciando o anteprojeto de atualização monetária de fiança e de ampliação das hipóteses do recurso em sentido estrito (CPP, art. 581) ressaltou a sua adequada qualidade técnica. Os Conselheiros SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e JOSÉ ARTHUR RIOS, ressaltaram a sua posição pessoal quanto ao critério de utilização de um índice para o estabelecimento do valor de fiança e no mérito concordaram com a iniciativa do anteprojeto e de sua oportunidade para dignificar o instituto da fiança e compatibilizar os princípios e as regras de liberdade provisória com as exigências do melhor controle jurisdicional"; f) Conselheiro JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS - 1. Carta do Editor da "Correções Internacionais" - Assunto: Assinatura de revista - Trata-se de prestigiosa publicação, extremamente informativa, de ampla informação, publicada em três línguas, francês, inglês e espanhol. Talvez fosse possível negociar uma edição em português o que ampliaria a área da revista e reduziria o custo da assinatura, proporcionando, ao mesmo tempo, a este Conselho a oportunidade de agilizar informações de seu interesse. Acreditamos que a competente direção da Biblioteca saberia encontrar meios de divulgação do noticiário (V. por exemplo o pedido de participação e intercâmbio em programas de assistência a jovens solicitado pelo American Youth Center). Pela assinatura, com as reservas. É nosso parecer s.m.j.". Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime e providências pertinentes; 2. DNU/32/PEMU AGNU - Ministério das Relações Exteriores - Assunto: Agenda provisória para o VII Congresso Sobre Prevenção do Crime e Tratamento do Delinqüente - VOTO: "Sugere-se que a Presidência deste Conselho encaminhe sugestão ao Gabinete do Sr. Ministro no sentido de ser criado um grupo de trabalho que articulado com o CNPCP, o PNUV e o Departamento de Organismos Internacionais do MRE comece a preparar os relatórios e documentos que constituirão, dentro do temário, o principal da contribuição brasileira ao Congresso, para que sejam em tempo transmitidos ao Ministério das Relações Exteriores e possam receber e incorporar a contribuição de técnicos e instituições de todo o país e, devidamente traduzidos, encaminhados ao Secretário Executivo do Congresso, Dr. Eduardo Vetere, e mais medidas aptas a conferir a participação brasileira o alto nível que sempre a caracterizou em Congressos anteriores. É nosso parecer s.m.j.". Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime e encaminhamento de expediente nos termos propostos. 3. Processo-MJ-Nº 50.002736/88 - Assunto: Projeto Escrevações - VOTO: "Em que pese o sentimento generoso que anima o projeto opino pela sua rejeição cabendo às autoras e a UNB buscarem sua realização por outros meios e por metodologia mais adequada. É nosso parecer s.m.j.". Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime. Face a exiguidade de tempo, o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente em exercício.

RUY DA COSTA ANTUNES
Presidente em exercício

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária Executiva

(Of. nº 16/89)

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 1989

Aos seis dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e nove, no Anexo I do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília - DF, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, às quatorze horas, reuniu-se em sessão ordinária, presidida pelo Senhor Presidente, Dr. WERTER R. FARIA, com a presença dos senhores Conselheiros Dr. GEORGE MARCONDES COELHO DE SOUZA, Dr. GEOVÁ MAGALHÃES SOBREIRA, Dr. MAURO GRINBERG e o Procurador-Geral do CADE, Dr. RENATO ANTÔNIO PRATES MENEGAT. Aberta a sessão e verificada a existência de "quorum", procedeu-se ao julgamento das seguintes sindicâncias:

SINDICÂNCIA Nº 36
Representantes: Laboratório Odontofarma Ltda.
Gilton do Brasil Indústria Química e Farmacêutica Ltda.
Representada : Pfizer Química S.A.
Relator : Dr. Mauro Grinberg
Pedido de Vista: Dr. Geová Magalhães Sobreira
Decisão : Por unanimidade, arquivaram a sindicância.